



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638609 - SP (2021/0001389-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : KATIA CILENE SCOBOSA LOPES
ADVOGADO : KÁTIA CILENE SCOBOSA LOPES - SP208658
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JILVAN MASSENA FERREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JILVAN MASSENA FERREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 3000546-75.2013.8.26.0607).

O paciente foi condenado pela prática do "artigo 157 § 3º, segunda parte, c/c o artigo 73, em concurso material com o crime previsto no mesmo artigo 157, § 2º, incisos I e II, na forma do artigo 70, parte final, todos do Código Penal" (fl. 5).

A impetrante alega que o paciente deveria ter sido condenado por um crime único, uma vez que cometeu uma ação delitiva apenas.

Afirma que é "aplicável o que dispõe o artigo 29, §2º do Código Penal, devendo ser aplicada a pena do roubo majorado pela utilização de arma de fogo (157,§2º, II e §2º-A, I do Código Penal na forma do artigo 70 com a limitação constante no artigo 68, parágrafo único do mesmo Código – concurso de causas de aumento), aumentada na fração mínima (1/6)" (fl. 37).

Sustenta que "o Magistrado de 1º grau aumentou a pena utilizando-se de elementos do próprio tipo penal. Todavia, porquanto tais circunstâncias já foram consideradas pelo legislador quando da fixação da pena abstratamente cominada ao delito, não pode utilizar do mesmo elemento para majorar a pena base" (fl. 41).

Aduz que, "verificada a ilegalidade na fixação da pena base, pugna no presente remédio pela redução no mínimo legal" (fl. 43).

É, no essencial, o relatório. Decido.

A despeito de constar informação na petição inicial de que há pedido de liminar, a impetrante não desenvolveu nenhuma argumentação acerca da medida de urgência.

Como quer que seja, o pedido relativo à dosimetria da pena nem mesmo poderia ser deferido em liminar, já que se trata do próprio mérito da impetração, devendo-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente